

Escola, nação, patriotismo: inspeção escolar e promoção da cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina (1900 – 1930)¹

Dorval do Nascimento*

Resumo

Busca-se refletir sobre a atuação dos inspetores escolares em relação à promoção de uma cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina durante os últimos 30 anos da Primeira República. A organização de um efetivo serviço de inspeção escolar ocorreu a partir da reforma do ensino no governo Vidal Ramos, em 1911, a partir da qual os inspetores atuaram no sentido de implementar nas escolas o método moderno de ensino que então se impulsionava e, ao mesmo tempo, garantiam práticas de patriotismo articulando elementos de uma cultura cívica que era pensada no sentido de revitalizar as instituições republicanas. As exigências de incorporação das populações de origem estrangeira presentes no Estado adicionaram uma dimensão ainda mais relevante à inspeção, do ponto de vista estatal. O acompanhamento da atuação dos inspetores escolares permite descortinar aspectos do projeto republicano de constituição da nação a partir da formação cívica da população, que teve a escola como local estratégico.

Palavras-chave: Inspeção escolar. Cultura cívica. Patriotismo. Santa Catarina.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão; Av. dos Portugueses, s/n., 65085-580, São Luís, Maranhão; dorval_n@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a atuação dos inspetores escolares no estado de Santa Catarina em razão de um projeto de Estado que articulava as escolas primárias como locais fundamentais da formação do cidadão republicano em um período histórico de desencantamento com o regime implantado em fins do século XIX é o escopo deste texto. Os inspetores representaram a solução, existente no país desde o Império, para a fiscalização do ensino e a consecução dos objetivos do Estado, especialmente após a reforma de 1911 no caso de Santa Catarina, onde confluíam interesses de difundir o ensino “moderno” e impulsionar uma cultura cívica assentada sobre a promoção do patriotismo e do nacionalismo. O conceito de cultura cívica permite caracterizar o trabalho dos inspetores à medida que por este termo se entende as “[...] maneiras de inscrever nos corpos (e mentes) o sentimento de pertencimento a uma Nação, a transfiguração da Pátria em corpo.” (VAGO, 2002, p. 125).

No âmbito do projeto de modernização do ensino no Estado, as escolas primárias assumiram uma dimensão cultural fundamental para os interesses estatais, como um local de inculcação de ideias e exaltação do Estado-nação, vinculando-se este à República recém-implantada. As soluções baseadas no patriotismo buscaram redimensionar o papel da escola e das professoras, em uma missão que afetava diretamente a formação dos cidadãos republicanos, pensada a partir dos interesses das elites ocupantes do Estado. Os inspetores escolares foram articulados como agentes do Estado com poder para fazer cumprir o programa de transformações pensado para as escolas primárias.

As questões relacionadas à atuação dos inspetores escolares, articulada à promoção de valores patrióticos, foram pensadas a partir de um conjunto de fontes primárias levantado por pesquisa documental no decorrer dos dois últimos anos, constituído por regulamentos de instrução pública, mensagens e relatórios governamentais, relatórios de inspetores escolares, correspondências, legislação educacional e termos de visitas de escolas isoladas do Estado. Busca-se, inicialmente, situar a implantação do serviço de inspeção escolar em Santa Catarina e, em um segundo momento, discutir o cotidiano do inspetor escolar em relação, principalmente, à promoção do civismo e de uma cultura cívica.

2 A REFORMA DE 1911 E O SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESCOLAR

O serviço de inspeção escolar do ensino público no Estado foi efetivamente organizado a partir da reforma do ensino em 1911, no governo de Vidal Ramos. A reforma significou a adoção por parte das elites republicanas catarinenses, do modelo implementado na província de São Paulo, a partir de 1893, com o governo Bernardino de Campos (FIORI, 1975, p. 92–94; NÓBREGA, 2000). Desde a implantação da República no país, os governantes paulistas investiram em um sistema de ensino modelar, por intermédio do qual definiam a escola como sinônimo de progresso e modernidade republicanos, e fortaleciam e ampliavam sua hegemonia na federação, tornando o ensino paulista em modelo para a instauração de reformas do ensino público em várias unidades da União (CARVALHO, 2000, p. 225). A disponibilidade do professor paulista Orestes Guimarães, mentor, organizador e executor da reforma, colocado à disposição do governo catarinense pelo estado de São Paulo, vinculou explicitamente a reforma do ensino catarinense com as concepções que se colocavam em prática no estado paulista. A reforma tratava da escola normal e do ensino primário em consonância com a constituição republicana de 1891. Ainda que esta determinasse a competência concomitante do governo federal e estadual em matéria de educação, prevalecia a interpretação de acordo com a qual cabia a União se responsabilizar pela escola secundária e superior, enquanto aos estados competia a administração e ampliação da escola primária e técnico-profissional (NAGLE, 1997, p. 266).

Em sua exposição de motivos referente à reforma estabelecida por lei em ano anterior, Vidal Ramos vincula a reforma do ensino diretamente aos ideais da República e representa a reforma como capaz de completar a obra que havia sido iniciada pelo movimento de 1889, principalmente em vista do analfabetismo que impedia o povo de “se governar a si mesmo”:

A mudança radical da forma de governo não foi bastante à definitiva consagração dos direitos que as novas instituições nos apontavam e pelos quaes de há muito anceava a consciência nacional. É que ao povo não se deu a instrução indispensável ao exercício integral dos direitos que são a beleza e o alicerce do regimen democrático. Sem o ensino largamente diffundido em todas as camadas sociaes, a jornada de 89 não ficará completa. Velha as-

piração, necessidade tantas vezes proclamada a da republicanização da República [...] (SANTA CATARINA, 1911a, p. 4).

A reforma situa-se naquele movimento que Nagle denominou “entusiasmo pela educação” como “[...] uma resposta à desilusão sobre as virtudes do Estado republicano para educar a população.” (NAGLE, 1997, p. 265). Pensada como capaz de republicanizar o regime, passadas duas décadas de sua proclamação, a reforma expressava também um desejo de regenerar a população já que “[...] as influencias geographicas e históricas e os poderosos factores ethnicos geraram a apathia, a falta de iniciativa e o desânimo que são, na phrase de um escriptor pátrio, as características do povo brasileiro, considerado como typo sociológico.” Assim, caberia à educação a “[...] tarefa de attenuar e eliminar aquellas taras que tanto amollecera e entibiaram o character nacional, cuja pior feição, um sábio filho da Allemanha apontou na ‘negação ao trabalho regular’” (SANTA CATARINA, 1911a, p. 7). Produzir uma população ordeira e disposta ao trabalho, imbuída de valores patrióticos que a impelisses à participação política disciplinada era o propósito final que pretendiam alcançar os governantes estaduais.

A reforma criou efetivamente um sistema de ensino no Estado. A direção superior do sistema era constituída pelo secretário geral do Estado, na condição de supervisor e auxiliar direto do governador, e do diretor de instrução pública, a quem cabia a direção imediata de todo o sistema (SANTA CATARINA, 1911b). Reservou-se a função de inspetor geral do ensino a Orestes Guimarães enquanto durasse seu contrato, a quem cabia “[...] dirigir a parte technica do ensino”, a “[...] inspecção e fiscalização superior de todas as escolas do município em que se achar”, opinar sobre obras didáticas, emitir parecer quando solicitado pelo governo e “[...] exercer por si e por intermédio de seus immediatos auxiliares, os inspetores escolares, a inspecção e fiscalização do ensino.” (SANTA CATARINA, 1911b, artigos 4, 6 e 7 das Disposições Transitórias). Inspectores e chefes escolares completavam o quadro de funções de direção da instrução pública no Estado. Os últimos exerciam funções mais administrativas, especialmente o controle da frequência das professoras.

A rede de escolas primárias que a reforma organizou era constituída pelo grupo escolar como instituição-modelo do ensino moderno que então se almejava fosse disseminado pelo Estado, e um conjunto de estabelecimentos, em

maior número e que atendiam à população no meio rural e nas proximidades dos poucos núcleos urbanos, constituído por escolas complementares e isoladas, as últimas classificadas em categorias de acordo com a titulação do docente, como preliminares, no caso de normalistas, intermédias as “[...] regidas por professores vitalícios ou efectivos” não normalistas, e provisórias, no caso de professores nomeados (SANTA CATARINA, 1911b). A reforma aprovou, também, a obrigatoriedade do ensino dos sete aos quatorze anos, estabelecendo multas aos pais que descumprissem a determinação legal.

Ao expor os objetivos finais da reforma, o governo Vidal Ramos afirmou que pretendia, além da fundação “[...] de um novo typo de escola [referindo-se aos grupos escolares]” e de “[...] dar à mocidade um professorado cheio de emulação”, também “[...] estabelecer uma fiscalização technica e administrativa real e constante” do ensino (SANTA CATARINA, 1911a). Grupos escolares, formação dos professores no “método intuitivo” e fiscalização rigorosa das atividades desses professores, constituíam os mecanismos por intermédio dos quais o Estado pretendia alcançar os objetivos políticos estabelecidos para a educação. O ensino foi pensado pelos reformadores a partir da eficácia do novo método de aprendizagem promovido na escola normal e nos grupos escolares, cabendo aos inspetores a garantia de que o método fosse aplicado naqueles estabelecimentos, como também, e ao que parece, principalmente, nas escolas estaduais isoladas e municipais. Concomitante a preocupação com o método, no sistema de ensino implantado cabia aos inspetores também, e não menos importante, garantir a função cívico-patriótica da escola, mediante a vigilância sobre a atuação das professoras, especialmente nas atividades de história, geografia, educação cívica e canto, como se verá mais adiante.

Ainda que com características um pouco diferentes daquelas atribuídas aos inspetores por ocasião da reforma de 1911, a inspeção escolar era organizada no período anterior por meio de chefes de distrito e delegados escolares, a partir do nível municipal, sem uma articulação mais próxima ao poder estadual, o que impedia ao governo do Estado exercer uma fiscalização conveniente a seus interesses.

A fiscalização do ensino é completamente nulla. Os chefes de distritos e delegados escolares – quase sempre homens sem a necessária instrução – não sendo remunerados, limitam, em regra, as suas fun-

ções a atestação, muitas vezes falsa, do exercício dos professores e da frequência da escola – que nunca visitaram e que talvez nem saibam onde funciona. (SANTA CATARINA, 1903, p. 21).

Sem remuneração e leais às autoridades municipais que os haviam indicado à função, os chefes e delegados não atendiam aos interesses do governo estadual, mas eram tolerados em vista das dificuldades financeiras e da letargia a que era submetido o ensino primário. Entretanto, na primeira década do século XX a necessidade de uma reforma do ensino era constantemente reafirmada nos documentos oficiais, quase sempre associada à precária formação dos professores é a falta de uma fiscalização eficaz. No que se refere à inspeção do ensino, a mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 1905 propõe dividir o “Estado em três circumscrições, pelo menos, e nomear para cada uma um Inspector de Ensino, que poderá ser tirado do quadro do professorado público, arbitrando-se-lhe uma gratificação razoável.” (SANTA CATARINA, 1905, p. 12). Apesar da afirmada necessidade de inspeção, apenas a partir de 1908 houve inspetores remunerados, não se sabe em que quantidade, para inspecionar as escolas (SANTA CATARINA, 1908, p. 14). No ano seguinte, relata-se a existência de “[...] um só empregado, que no referido ano [1908] inspecionou as escolas públicas de 14 municípios.” (SANTA CATARINA, 1909, p. 12). Na mesma mensagem se retoma a proposta de dividir o Estado em três áreas de fiscalização, implantada efetivamente a partir da reforma de 1911.

Com a efetivação, ainda que precária e incipiente, da inspeção escolar a partir de 1908, faz-se referência, na mesma Mensagem, ao recenseamento escolar anual como base para a criação de categorias de escolas conforme a necessidade e de garantia da obrigatoriedade do ensino primário no Estado (SANTA CATARINA, 1908, p. 14). A estatística aplicada ao ensino começou a ser pensada no Estado como um instrumento de controle das atividades escolares e fiscalização do ensino, ao lado e auxiliar ao trabalho dos inspetores. Em 1915, passado o governo Vidal Ramos, mas mantido o sistema de ensino que sua reforma inaugurou, o secretário geral dos negócios do Estado, em relatório ao governo, reafirmou a importância da estatística escolar como instrumento de fiscalização.

Infelizmente, a estatística referente às escolas isoladas é, entre nós, muito defeituosa. A Directoria de Instrução, dispondo apenas de dois empregados não pode, até 1914, organizar um trabalho exacto

da estatística escolar. Os boletins mensaes eram guardados taes como vinham e aos professores que não os remetiam nunca se lhes exigia o cumprimento dessa obrigação. Convencido de que uma rigorosa organização, tendente a verificar e confrontar os boletins mensalmente enviados pelas escolas, será um forte elemento de fiscalização e que sem a estatística resultante desse trabalho não poderá nunca, nem o Governo nem o povo, estar a par da situação, do progresso, das falhas e das inconveniências do ensino, tenho dado, no corrente anno, constantes e rigorosas ordens à Directoria para regularisar esse serviço [...]
(SANTA CATARINA, 1915, p. 64).

Apesar das dificuldades orçamentárias e carências de pessoal para o trabalho, a reforma de 1911 articulou um importante serviço de inspeção do ensino primário tendo como instrumentos a estatística escolar, os chefes escolares e, principalmente, os inspetores. A reforma dividiu o Estado em três distritos escolares: Vale do Itajaí e Norte do Estado; Arredores da capital (Biguaçu, São José e Palhoça) e Planalto Serrano; Sul do Estado (SANTA CATARINA, 1911b, artigo 15). É necessário ressaltar que o Oeste catarinense passou a ser integrado ao estado apenas em 1916, quando a questão da disputa territorial com o Paraná teve um início de solução, sendo definitivamente resolvida em 1924. As escolas da capital ficavam a cargo do diretor de instrução pública (artigo 17). Os inspetores, residentes na capital, não tinham distrito fixo a fiscalizar, mas o faziam de acordo com a determinação do inspetor geral ou diretor de instrução pública (artigo 16). A função de inspetor era de nomeação do governador do Estado, recaindo sobre diplomados pelas escolas superiores, ginásios ou escolas normais do país (artigo 14). Seus vencimentos eram do mesmo nível que dos diretores de Grupo Escolar, abaixo apenas do diretor de instrução pública. Sua familiaridade com os princípios da reforma ocorria pela obrigatoriedade de frequentar, por dois meses após a nomeação, as aulas do primeiro grupo escolar da capital “[...] acompanhando sua organização, método e processo de ensino” (artigo 21). Além disso, e de frequentarem o máximo possível “[...] o ensino ministrado nos grupos escolares” quando de sua estada na capital, deveriam também “[...] acompanhar o inspetor geral das escolas isoladas da capital, a fim de observarem a reforma do ensino nas mesmas.” (SANTA CATARINA, 1911b, artigo 22). Em vista de sua função de garantir a aplicação dos princípios da reforma nos grupos escolares e, principalmente, escolas isoladas, recaía sobre os inspetores a obrigação de conhecerem, com profundidade, a reforma e o método de ensino que esta promovia.

3 NAÇÃO E PATRIOTISMO: A ATUAÇÃO DO INSPETOR ESCOLAR

O Regulamento da Instrução Pública de 1911 incumbia aos inspetores verificarem a escrituração da escola visitada, materiais escolares e, principalmente, o ensino ministrado pelos professores, se este estava em conformidade às determinações das autoridades estaduais. O inspetor deveria permanecer na escola durante todo o dia, verificando o seu funcionamento, observando as aulas e, se necessário, ministrando aulas práticas para instruir os professores. Os principais instrumentos de controle e exercício do poder que possuíam os inspetores eram os termos de visita, lavrados ao final da inspeção escolar, e os relatórios que faziam ao diretor de instrução pública ao final da inspeção de um conjunto de escolas e grupos escolares. Por intermédio deles os inspetores relatavam suas impressões e recomendações, principalmente referentes ao trabalho dos professores. O regulamento estabelecia que fosse da competência dos inspetores admoestar e repreender diretores de grupos escolares e professores de escolas isoladas, podendo inclusive propor ao diretor de instrução pública a suspensão ou demissão de diretores e professores ou, por outro lado, sua inclusão no livro de honra da diretoria (SANTA CATARINA, 1911b, artigo 30).

O Regulamento Geral da Instrução Pública, aprovado em 1914, manteve praticamente intocada a competência dos inspetores escolares. Apenas algumas atribuições, como a eliminação dos alunos de escolas isoladas chamados “incuráveis” e a presidência de concursos e exames de professores passaram à competência do diretor de instrução pública (SANTA CATARINA, 1914, artigos 64 e 103). Entretanto, manteve-se a estrutura do serviço de inspeção escolar tal como havia sido estabelecida pela reforma. Pelo conjunto de suas competências e instrumentos de que dispunham para fazer cumprir suas recomendações, os inspetores escolares exerciam um papel fundamental no sistema de ensino implantado pela reforma de 1911, aquele de garantir o controle dos processos pedagógicos existentes nas inúmeras escolas de cidades e localidades do Estado.

O trabalho do inspetor escolar nesse período organizava-se a partir de um roteiro de escolas a visitar, determinado pelo inspetor geral ou pelo secretário geral de governo, ao fim do qual deveria o inspetor elaborar relatório com a situação em que havia encontrado as escolas e suas respectivas recomendações. O relatório

do inspetor escolar José Duarte de Magalhães mostra seu périplo pelas escolas do sul de Santa Catarina, iniciado em 17 de outubro de 1916 na escola mista da Barra, em Laguna, retomado em 25 de outubro de 1916 com a escola mista de Mirim, também em Laguna, estendendo-se até 10 de novembro de 1916, tendo realizado inspeção nas escolas de Araçatuba e Vila Nova em Laguna; São Martinho, Baixo Capivari e Gravatá em Tubarão; Orleans, Jaguaruna e Sangão; Urussanga Velha e Cangicas em Araranguá (SANTA CATARINA, 1916). Seu deslocamento era feito em condições difíceis, em razão da precariedade das estradas e meios de transportes da época.

Não me foi possível informar-me do adiantamento dos alunos, por ter chegado aquela localidade as 2 ½ horas da tarde apesar de eu ter empregado todos os esforços para chegar à hora do expediente, após longas horas de sol abraçador por caminhos arenosos e defficeis. (SANTA CATARINA, 1916, p. 26).

A localidade era Urussanga Velha, no litoral sul do Estado. Ao chegar à escola, o inspetor possuía um roteiro de inspeção e um rol de preocupações a partir dos quais organizava sua visita. O Regulamento de 1911 estabelecia, entre as atribuições do inspetor, verificar as matrículas e frequência de professores e alunos, bem como a escrituração, permanecendo preferencialmente todo o dia na escola para observar as aulas e corrigir o que julgasse necessário (SANTA CATARINA, 1911b, artigo 30). Uma nota de recomendação de um relatório de inspeção ilustra bem o conjunto de elementos que o inspetor deveria verificar.

Submettidas estas últimas [classes de alunos do 2º e 3º anos] a exame de leitura, dictado, contas e hygiene rural, notei algum aproveitamento, excepto nas duas últimas disciplinas, devido a falta de preparo da referida professora, que ainda adopta os processos antigos de ensino, hoje condemnados pela pedagogia moderna. Pelo que, recomendei-lhe que preparasse em casa as noções de hygiene rural, que ministrasse com mais interesse as aulas de educação cívica, que zelasse pela hygiene da sala de aula [...] (SANTA CATARINA, 1916, p. 20-21).

Promover a aplicação dos modernos métodos de ensino, cuidar das condições de funcionamento da sala de aula, observar os conteúdos que eram ministrados pela professora e suas habilidades em ministrá-los e zelar pela educação cívica

dos alunos relacionavam-se às atribuições do inspetor como aquele que era uma espécie de guardião dos objetivos que a reforma do ensino propugnava.

No programa das escolas isoladas, estabelecido pelo regulamento de 1911, destacava-se que as disciplinas de geografia, história e educação cívica “[...] serão dadas mais do ponto de vista educativo do que, propriamente, instructivo” (SANTA CATARINA, 1911b, artigo 75). Essa diferenciação entre disciplinas instrutivas, como leitura, caligrafia, linguagem e contas, e as disciplinas educativas como as já referidas, denota um espaço claramente formulado para essas no sentido de promoverem a cultura cívica na escola. Além dessas, tinha também grande importância na promoção do patriotismo na escola a disciplina de canto, pois por intermédio dela eram preparados e entoados os hinos patrióticos, fundamentais como símbolos da nação e na formação de cidadãos desde um ponto de vista republicano. O ensino de canto e a observação de sua execução pelos alunos são uma constante nos relatórios dos inspetores e termos de visita: “Recommendelhe portanto, mais amor ao estudo, mais methodo e mais dedicação aos alumnos, esforçando-se pelo aproveitamento delles, obrigando-os a executar os hymnos nacionaes, em cuja escola são mal cantados.” (SANTA CATARINA, 1916, p. 13).

Em um termo de visita à escola de São Martinho, Urussanga, o inspetor escolar observou que os “[...] alumnos só cantam os hymnos nacional e bandeira.” (SANTA CATARINA, 1924). Cantar corretamente os diferentes hinos patrióticos na sala de aula e nas cerimônias cívicas da escola era fundamental para inculcar nos alunos o amor à pátria mediante a reverência a seus símbolos, entre os quais se destacam os hinos, a bandeira e os heróis e datas nacionais homenageados por ocasião de feriados.

O entoar os hinos patrióticos é considerado como parte essencial do programa que o governo estadual havia estabelecido para a escola, como instituição capaz de revitalizar a vida republicana, em um período em que a frustração com o programa não realizado pelo regime era comum entre os próprios republicanos.

São desconhecidos pela professora [cantos nacionais] que allega não ter a respectiva música; por isso esta parte essencial do programma, onde a creança começa a sentir as primeiras vibrações da nossa nacionalidade, é infelizmente, como em muitas outras escolas, relegada ao ostracismo. (SANTA CATARINA, 1916, p. 22-23).

Em outra parte do relatório o inspetor registra a má-execução dos cantos e reclama que o “[...] professor parece ligar pouca importância a esta matéria, que julgo de grande alcance e vantagem para a formação cívica da criança.” (SANTA CATARINA, 1916, p. 19).

Da mesma forma, o ensino de língua portuguesa comparecia com destaque no programa das escolas isoladas e grupos escolares por intermédio das matérias de leitura, caligrafia e linguagem, colocadas em primeiro lugar nos programas citados e consideradas matérias instrutivas, ao lado de contas. Aprender a ler, escrever e contar eram as habilidades consideradas mais importantes na formação que a escola poderia fornecer aos alunos, ao lado da formação cívica ministrada por meio das disciplinas consideradas educativas. No entanto, o ensino da língua pátria e a exigência de manusear corretamente o português culto não havia ainda, no período anterior à primeira guerra mundial, assumido o papel definidor da nacionalidade e instrumento de combate à “influência estrangeira” nas áreas de imigração do Estado, como seria o caso do período histórico posterior ao conflito. É verdade que os regulamentos de 1911 e 1914 faziam alusão ao problema da incorporação de populações de origem estrangeira ao Estado nacional. O regulamento de 1911, por exemplo, permitia que os estabelecimentos que não fossem subsidiados pelo Estado ou municípios pudessem ministrar as aulas na língua de origem dos alunos (artigo 132), exigindo-lhes, no entanto, que observassem o ensino de português como uma das matérias do currículo (§ 10, artigo 30). No caso do regulamento de 1914, além de manter o dispositivo anterior, previa a possibilidade de nomeação de professoras que conhecessem a língua de origem dos alunos para as localidades em que as circunstâncias os exigissem (SANTA CATARINA, 1914).

A deflagração da primeira grande guerra e a presença de populações de origem estrangeira no Estado, em especial alemães e italianos, alterou a relação que o governo estadual – e o federal – mantinha com essas populações. Esses grupos étnicos haviam construído, desde sua chegada, uma rede de escolas extremamente diversificada quanto à sua origem e manutenção – mantidas pelos próprios imigrantes; paróquias evangélicas ou católicas; subvencionadas pelos governos alemães, italianos ou poloneses – que tinham em comum o ensino na língua de origem dos alunos e a aprendizagem de aspectos geográficos, históricos e cívicos dos países de origem (KREUTZ, 2000; DALLABRIDA, 2003, 2005; OTTO, 2006). Além disso, as próprias escolas isoladas e municipais das áreas de imigra-

ção assumiram, na maior parte dos casos, conteúdos étnicos em sua atuação. A presença de populações de origem estrangeira no Estado tornou-se um problema político nacional e levou as autoridades estaduais e federais a tomarem uma série de medidas visando à sua incorporação ao Estado nacional, tendo a escola como centro estratégico de ação e a afirmação da língua portuguesa como instrumento fundamental de nacionalização. Diante desse quadro, o governo estadual interfere nas escolas “que não se ensinasse a língua portuguesa”, em geral fechando-as.

Cumprindo essa determinação, providenciei para que fossem fechadas, não só aquelas escolas onde não se ensinasse a língua nacional, como todas aquelas em que o ensino de nossa língua não fosse feito de modo eficiente. Em virtude dessa interpretação foram fechadas cerca de 200 escolas particulares, que existiam nos municípios de S. Bento, Joinville, Blumenau, Itajahy, Brusque, Palhoça, Tubarão e Imaruby, a maioria das quaes entretanto, ensinava o portuguez, mas não de modo eficiente. (SANTA CATARINA, 1918, p. 40).

Além disso, foi necessário, desde a ótica do poder estadual, combater a presença estrangeira nas próprias escolas públicas em áreas de imigração, tarefa que recaia sobre os inspetores escolares, tornando a vigilância a respeito das funções cívicas da escola ainda mais intensa. A partir disso, as atividades de promoção do patriotismo, que eram importantes no rol de preocupações dos inspetores no período pré-guerra, foram colocadas como prementes e itens obrigatórios a serem observados nas visitas, já que o programa de nacionalização das populações de origem estrangeira o exigia. Além disso, toda influência de origem estrangeira deveria ser combatida, como no caso de uma inspeção em área de imigração italiana, quando o inspetor afirma que “[...] o material escolar está bem cuidado e a sala de aula é espaçosa, havendo, porém necessidade da senhora professora retirar da mesma os retratos do rei e da rainha da Itália.” E acrescenta, em relação aos livros escolares, que “[...] a senhora professora deve logo que receba os livros de leitura da Diretoria de Instrução, proibir o uso dos livros ítalo-brasileiros que vi em mãos de alguns alunos.” (SANTA CATARINA, 1924).

A atuação dos inspetores escolares na promoção do patriotismo e de uma cultura cívica desde um ponto de vista do Estado republicano foi fundamental em todo o período histórico que analisado, com especial relevância no período posterior à primeira grande guerra, em vista do projeto de nacionalização efetivado pelas autoridades estaduais e federais.

4 CONCLUSÃO

Acompanhar a atuação dos inspetores escolares em Santa Catarina na Primeira República permitiu descortinar aspectos do projeto republicano de constituição da nação a partir da formação cívica da população. Neste projeto, a escola adquiriu um papel estratégico particular como local de inculcação de noções de civismo e patriotismo, que permitiam ao Estado formar um povo ordeiro, disciplinado e patriótico. Os inspetores escolares tiveram uma função central nesse processo, à medida que garantiam que as escolas adotassem as determinações das autoridades estaduais quanto ao método e organização do ensino, por um lado, enquanto obrigavam os agentes escolares a exercitarem e fazerem exercitar o amor à pátria por meio das disciplinas cívicas, festas escolares e respeito aos símbolos nacionais.

A atuação dos inspetores escolares tornou-se relevante a partir da organização, em 1911, de um efetivo serviço de inspeção escolar. Essa atuação ocorreu, em um primeiro momento, em uma conjuntura de desilusão dos republicanos em relação às virtudes do regime implantado no país e a um consequente projeto de republicanizar a República. A deflagração da primeira grande guerra e a presença de populações de origem estrangeira no Estado criaram as condições para a primeira campanha de nacionalização, a partir da qual a atuação dos inspetores adquiriu a tarefa da incorporação dessas populações ao Estado nacional. Diante disso, as exigências de práticas e pedagogias patrióticas tornaram-se ainda mais importantes na atuação desses inspetores escolares, o que se intensificaria na segunda campanha de nacionalização com o governo Nereu Ramos durante o Estado Novo.

Ao conjugar inspetores escolares e civismo buscou-se pensar a função da escola e do sistema de ensino em um importante momento de constituição do Estado nacional brasileiro. A atuação dos inspetores de alguma forma articulava as populações escolares cidadinas e interioranas aos preceitos que as elites republicanas propugnavam para o Estado. Sua presença ameaçadora na escola representava o poder do Estado para elogiar, punir e, no fim das contas, modificar hábitos em proveito de seus próprios interesses.

School, nation, patriotism: school inspection and the promotion of civic culture in Santa Catarina primary schools (1900-1930)

Abstract

In this paper we try to reflect on the work of schools inspectors in relation to the promotion of civic culture in Santa Catarina primary schools during the last thirty years of the First Republic. The organization of an effective school inspection service started in Vidal Ramos teaching reformation, in 1911, when inspectors acted in the sense of implementing the modern teaching method in schools and at the same time guaranteeing civic practices by articulating elements of a civic culture intended to revitalize the republican institutions. The demands of incorporating immigrants who lived in the State added a more relevant character to the inspections, from a State perspective. The study of the school inspectors' performance allows the understanding of new aspects of the republican project of building the nation based on the civic formation of the population, which considered schools as strategic places.

Keywords: School inspection. Civic culture; Patriotism. Santa Catarina.

Nota explicativa

- ¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc). A pesquisa que originou este trabalho foi realizada durante a permanência do autor, como docente, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), a quem agradeço.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia – A História Entre Certezas e Inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DALLABRIDA, Norberto. Escolas Dante Alighieri: Resistência e Italianidade. In: RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e Identidade Italiana no Brasil – Algumas Abordagens**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2005.

_____. (Org.). **Mosaico de Escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**. Florianópolis: Secretaria de Educação, 1975.

KREUTZ, Lúcio. A Educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do Ensino: Uma contribuição à história da educação**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

_____. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (direção). **O Brasil Republicano**. Sociedade e instituições (1889 – 1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ORY, Pascal. **L'histoire Culturelle**. Paris: PUF, 2004.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades** – Tramas e Poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis: Insular, 2006.

SANTA CATARINA. **Correspondência do Cônsul da Itália ao Governador do Estado**, em 20 de novembro de 1917. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

_____. **Lembrança da Conferência Estadual de Ensino Primário**. 1 de agosto de 1927. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado**, em 26 de julho de 1903, vice-governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado**, em 30 de julho de 1905; vice-governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior.

_____. **Mensagem lida pelo Coronel Gustavo Richard**, Governador do Estado; na 2ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo, em 2 de agosto de 1908.

_____. **Mensagem lida pelo Coronel Gustavo Richard**, Governador do Estado; 3ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 16 de agosto de 1909.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado**, em 23 de julho de 1911; Governador Vidal José de Oliveira Ramos. 1911a.

_____. **Synopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho**, presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o Governo; 20 de junho de 1914.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo**, em 8 de setembro de 1918; General Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo**, em 16 de julho de 1919; Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina.

_____. **Regulamento da Instrução Pública**. Decreto 585, de 10 de abril de 1911b. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

_____. **Regulamento da Instrução Pública**. Decreto 794, de 2 de maio de 1914. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

_____. **Relatório apresentado ao Exmº Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos**, Governador do Estado, pelo Tenente-coronel Caetano Vieira da Costa, Secretário Geral; 30 de junho de 1911. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

_____. **Relatório apresentado ao Dr. Felipe Schmidt**, Governador do Estado, pelo Dr. Fulvio Aducci, Secretário Geral dos Negócios do Estado; 1 de julho de 1915. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

_____. **Relatório de Inspeção a 25 Escolas Isoladas**, apresentado pelo Inspector Escolar José Duarte de Magalhães, ao Exmº Sr. Dr. Secretário Geral dos Negócios do Estado; 11 de dezembro de 1916. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

_____. **Relatório apresentado ao Exmº Sr. Cid Campos**, Secretário do Interior e Justiça; Diretor de Instrução Pública, Antonio Amâncio da Costa, em 1926. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

_____. **Termo de Visita da Escola de São Martinho**, 29 de abril de 1924. Urussanga: Cedoc; Unesc.

_____. **Termo de Visita da Escola de Palmeiras do Meio**. 20 de abril de 1931. Orleans: Cedoc; Unesc.

SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores (Org.). **Formação de Professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura Escolar, Cultivo de Corpos**: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). Bragança Paulista: Edusf, 2002.

Recebido em 16 de maio de 2010

Aceito em 5 de outubro de 2010